

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
Notas Explicativas	10

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	18
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	19
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	20

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2011	Ordinária		0,02996
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2011	Preferencial		0,03296

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/12/2010
1	Ativo Total	140.652	135.036
1.01	Ativo Circulante	13.014	98.890
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14	45
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	84.034
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	84.034
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	84.034
1.01.03	Contas a Receber	13.000	14.808
1.01.03.01	Clientes	10.707	10.615
1.01.03.01.01	Impostos a Compensar	10.160	9.773
1.01.03.01.02	Créditos Tributários	547	842
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.293	4.193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	3
1.02	Ativo Não Circulante	127.638	36.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	127.638	35.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	125.126	35.945
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	117.760	0
1.02.01.01.03	Aplicações no Mercado Aberto	7.366	0
1.02.01.03	Contas a Receber	2.196	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.196	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	316	0
1.02.01.06.02	Créditos Tributários	316	0
1.02.02	Investimentos	0	201

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/12/2010
2	Passivo Total	140.652	135.036
2.01	Passivo Circulante	1.406	2.465
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	236
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	236
2.01.05	Outras Obrigações	182	45
2.01.06	Provisões	1.224	2.184
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.224	2.184
2.02	Passivo Não Circulante	2.196	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.196	0
2.03	Patrimônio Líquido	137.050	132.571
2.03.01	Capital Social Realizado	67.000	67.000
2.03.02	Reservas de Capital	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	69.868	65.389
2.03.04.01	Reserva Legal	9.469	9.245
2.03.04.02	Reserva Estatutária	60.399	56.144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.742	7.089	2.746	5.180
3.03	Resultado Bruto	3.742	7.089	2.746	5.180
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-200	-338	-105	-204
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192	-302	-97	-191
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-36	-8	-13
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.542	6.751	2.641	4.976
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.542	6.751	2.641	4.976
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.186	-2.272	-883	-1.311
3.08.01	Corrente	-1.164	-2.245	-869	-1.280
3.08.02	Diferido	-22	-27	-14	-31
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.356	4.479	1.758	3.665
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.356	4.479	1.758	3.665
3.99.01.01	ON	0,99664	1,89472	0,74367	1,55038
3.99.01.02	PN	0,99664	1,89472	0,74367	1,55038

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	2.356	4.479	1.758	3.665
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.356	4.479	1.758	3.665

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26	14
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.506	3.696
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.479	3.665
6.01.01.02	Tributos Diferidos	27	31
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.480	-3.682
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplic. Mercado Aberto	28.579	-5.332
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Ativos Disp.p/Venda	-33.726	811
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Ativos	-514	879
6.01.02.04	(Redução) Aumento em Outros Passivos	1.314	722
6.01.02.05	Pagto de IR e Contribuição Social	-133	-762
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-57	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31	14
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	24
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14	38

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	7.089	5.180
7.01.02	Outras Receitas	7.089	5.180
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-326	-195
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-302	-191
7.02.04	Outros	-24	-4
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.763	4.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.763	4.985
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.763	4.985
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.763	4.985
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.284	1.320
7.08.02.01	Federais	2.272	1.311
7.08.02.03	Municipais	12	9
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.479	3.665
7.08.04.02	Dividendos	0	35
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.479	3.630

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



1.1

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2011 e de 2010 as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 4.479 mil e patrimônio líquido de R\$ 137.050 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 1,89, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 57,98. Os ativos totais atingiram R\$ 140.652 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e em Títulos e Valores Mobiliários.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Investimentos Bemge S.A. e a controladora. A política de atuação com à Investimentos Bemge S.A. na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

São Paulo, 12 de agosto de 2011.

A Administração

Notas Explicativas

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 30 de Junho de 2011 e de 2010
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. – (“INVESTIMENTOS BEMGE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram aprovadas pela Diretoria em 12 de agosto de 2011.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da INVESTIMENTOS BEMGE e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

a) Estimativas e Premissas Utilizadas pela Administração

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicado na Nota 3.1(d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

c) Passivos contingentes

Notas Explicativas

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Passivos.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Mensuração do valor recuperável

A INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação semestral quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Valores Mobiliários na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

c) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Notas Explicativas

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A INVESTIMENTOS BEMGE categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

II. Ativos financeiros, Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os Créditos Tributários e as Obrigações Fiscais Diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Ativos e Obrigações Fiscais, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. Os impostos diferidos destes itens são reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

Notas Explicativas

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

e) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes” e passivos contingentes são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões no Passivo;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

f) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

g) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 1% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu Capital Próprio.

Notas Explicativas

Os Juros sobre o Capital Próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

h) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido, atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE, pelo número de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação é apresentado com base nas ações emitidas pela INVESTIMENTOS BEMGE. As ações ordinárias têm direito a um dividendo mínimo anual, enquanto que as ações preferenciais tem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

i) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de Títulos Disponíveis para Venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras.

NOTA 4 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 7.366 (R\$ 117.327 em 30/06/2010) com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira é composta por Títulos Privados – Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 117.760 com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 6 – DERIVATIVOS

Em 30/06/2011 e 30/06/2010, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS

Totalizam R\$ 4.489 (R\$ 4.365 em 30/06/2010) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.

NOTA 8 - PROVISÕES

Compostas basicamente por Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, os passivos são constituídos pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

Movimentação das Obrigações Legais	01/01 a	01/01 a
	30/06/2011	30/06/2010
Saldo Inicial	2.184	2.168
Encargos sobre Tributos	12	5
Saldo Final	2.196	2.173

Movimentação dos Depósitos em Garantia		
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2011	30/06/2010
Saldo Inicial	2.184	2.168
Apropriação de Rendas	12	5
Saldo Final	2.196	2.173

Notas Explicativas

NOTA 9 - TRIBUTOS

Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.751	4.976
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(2.295)	(1.692)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	23	381
(Inclusões) Exclusões Temporárias	27	31
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.245)	(1.280)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Despesas de Tributos Diferidos	(27)	(31)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.272)	(1.311)

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - O Capital Social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
- c) **Reservas Integralizadas**

	30/06/2011	30/06/2010
Reservas de Capital	182	182
Reservas de Lucros	69.868	61.142
Legal	9.469	9.030
Estatutárias	60.399	52.112
Equalização de Dividendos (1)	35.542	33.526
Reforço de Capital de Giro (2)	24.857	18.586
TOTAL	70.050	61.324

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

Notas Explicativas

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2011	30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A. ⁽¹⁾	7.366	117.327	446	4.805
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco ⁽²⁾	117.760	-	6.125	14
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.	-	-	(92)	(80)

(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.

(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento acima de 365 dias.

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ 3 (R\$ 10 de 01/01 a 30/06/2010) em função da utilização da estrutura comum.

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 12 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2011	30/06/2010	Níveis de Risco
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado		
Ativos Financeiros (*)			
Aplicações no Mercado Aberto	7.366	117.327	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	117.760	-	Nível 2

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os

Notas Explicativas

especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

NOTA 13 – GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma entidade, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a entidade administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira pertencente a INVESTIMENTOS BEMGE S.A. e os processos e controles relevantes relacionados.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez.

Estes cenários podem ser revistos pontualmente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores

Investimentos Bemge S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investimentos Bemge S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de seis meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, e o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS – 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR2410- Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE - 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.